

Opinião



O êxito da Política Monetária

JOSÉ CURSINO RAPOSO MOREIRA
Economista



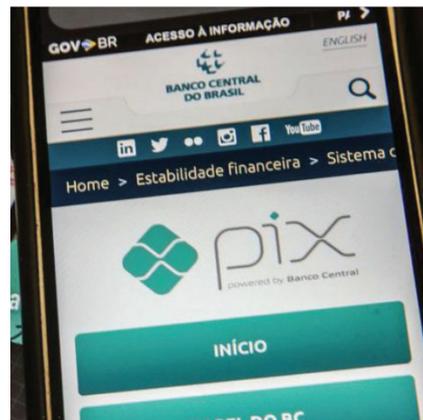
35 Anos de Constituição

JOSÉ SARNEY
Ex-presidente do Brasil



O Ofício de Professor

ADRIANO PINHEIRO
Professor de História



PIX completa 3 anos e se consolida como o principal meio de pagamento no Brasil

O PIX está prestes a completar três anos de lançamento. No início com resistência e desconfiança, hoje em dia é a forma de pagamento mais utilizada no país, de acordo com o Banco Central. Seja para pessoa física ou jurídica, o uso dessa ferramenta parece não ter mais volta.

"TIROS" DA ESQUERDA E DA DIREITA Flávio Dino é alvo de "fogo cruzado"

Dino foi militante do PT nos movimentos estudantis, mas ingressou na política, pelo PcdB. O PT maranhense o vetou. Ele elegeu-se deputado federal e, em 2014, governador do Maranhão, deixando segmentos petistas resmungando falta de espaço. Hoje Dino é filiado ao PSB e criticado no flanco petista por aparecer demais, talvez tentando cavar espaço como eventual sucessor de Lula na Presidência – ou como favorito a uma vaga no STF. No flanco bolsonarista, Flávio Dino é alvo de tiroteio implacável.

BASTIDORES/PÁGINA 3



Em Barreirinhas, Iracema Vale e Brandão ampliam ações voltadas à saúde, agropecuária e meio ambiente

O Festival Música na Estrada chega em São Luís com apresentações da Cisne Negro Cia. de Dança e do Quinteto Villa-Lobos

Eleições 2024

Marco Aurélio concorrerá a prefeitura de Imperatriz



Jogos do Praia do Futebol começam neste domingo

SÉRIE B Sampaio X Ceará com sabor de decisão

TIRO LIVRE

Neres Pinto
nerespinto@imparcial.com.br



Acreditar (2)

"Acredite em si e chegará um dia em que os outros não terão outra escolha senão acreditar com você". É com esta disposição manifestada no pensamento da escritora Cynthia Kersey que o Sampaio Corrêa entra em campo neste sábado, em Fortaleza, para enfrentar o Ceará. Não há outra alternativa plausível que não seja a conquista dos três pontos.

35 Anos de Constituição

JOSÉ SARNEY
Ex-presidente do Brasil

O processo de reforma constitucional de 1988 iniciou-se com a longa discussão sobre as Constituições de 1967 e 1969, isto é, as duas Constituições outorgadas pelo regime militar. Independentemente de suas qualidades ou defeitos, estavam marcadas como ilegítimas. Era necessário, para a redemocratização do país, um novo marco institucional. Este postulou tomou forma como um dos pontos do “Compromisso com a Nação” assumido pela Aliança Democrática, que permitiu a vitória da oposição em 1985. Levado, por força da fatalidade, à Presidência da República, coube a mim convocar a Assembleia Nacional Constituinte. Em 28 de junho enviei ao Congresso Nacional Proposta de Emenda Constitucional dando aos parlamentares a serem eleitos em novembro de 1986 “poderes para elaborar e promulgar a nova lei fundamental e suprema do País”.

Criei, também, respeitando a vontade de Tancredo Neves, uma Comissão de Estudos Constitucionais para preparar um anteprojeto a ser encaminhado à Assembleia Constituinte. Para presidi-la Tancredo convidara Afonso Arinos de Melo Franco, o maior constitucionalista de sua geração, uma unanimidade nacional. Confirmá-lo foi para mim mais que uma obrigação política, um dever pessoal de quem nele tinha um amigo e um modelo. Entregue em 1986, o trabalho da Comissão Afonso Arinos foi muito bom. É claro que não era, nem pretendia ser, perfeito. Ela optara pelo regime parlamentarista, e muitos veem nisso o motivo de minha decisão de não enviar seu anteprojeto à Assembleia Constituinte. Na realidade acredito que este é o melhor sistema de governo. Não remeti o trabalho à Constituinte porque seu presidente, Ulysses Guimarães, me pediu que não o fizesse. Ele me disse que o devolveria, um impasse que a frágil transição democrática não se podia permitir. Tive que atender a sua vontade.

Tendo convocado a Assembleia Consti-

tuinte de 1987, dei-lhe plenas condições de trabalhar em paz e liberdade. Foi a Constituinte mais livre do Brasil, sem peias e sem interferências, com medidas que tornavam o regime o mais democrático já vivido pelo país. O trabalho da Constituinte, infelizmente, não caminhou bem. Para começar, o Congresso emendou o projeto de convocação, retirando a determinação de que a Constituição fosse promulgada no curso da primeira sessão legislativa, isto é, em 1987 — e acabou sendo a mais demorada de nossas Constituintes, estendendo-se por 20 meses. Criou-se um pretexto para lutas políticas com a discussão sobre a duração de meu mandato — que era, conforme o diploma expedido pelo TSE, de seis anos —, que tentei atalhar abrindo mão de um ano de mandato em maio de 87; mas essa discussão foi protelada até junho de 88. Pouco depois, na votação do 1º turno do projeto de Constituição, fiz um apelo para o seu reexame profundo. O projeto aprovado em primeiro turno colocava em xeque a governabilidade, ameaçava tornar o Brasil “o país do que poderia ter sido e não foi”. A Constituinte olhava o que devia ser “um instrumento de mobilização e de unidade do País” com a cabeça voltada para trás, olhos para o passado. Os interesses corporativos se instrumentalizavam em todo o texto constitucional. Os riscos que eu via, não via sozinho. Afonso Arinos, que presidiu a Comissão de Sistematização, disse, ao discursar na cerimônia de promulgação, que sua aplicação seria “extremamente duvidosa” e que “afirmar o contrário é ingenuidade, ilusão ou falta de sinceridade”. E mais: “Tudo decorre do desajustamento entre a generosidade da aspiração política e a dificuldade da sua implementação jurídica.” Aprovada a Constituição, fui o primeiro a jurá-la. Lutei pelo seu êxito, não só durante o meu governo, mas ao longo destes 35 anos. No que se refere aos direitos sociais e civis, sempre a aplaudi, louvei e apoiei. Mas ela criou, na área da organização do Estado, um espaço de ingovernabilidade, por ser híbrida, ao oscilar entre o parlamentarismo e o presi-

dencialismo, sem unidade.

Infelizmente, muito do que eu previ em junho de 1988 aconteceu. A carga tributária disparou. Os conflitos entre os Poderes são o pão cotidiano. As ações de inconstitucionalidade se acumulam no Supremo Tribunal Federal. O Poder Legislativo é sufocado pela competência legislativa do Poder Executivo, que carece de meios para governar, cerceado pelo Poder Judiciário. Este precisa se tornar também o Poder Moderador.

Dos problemas do texto constitucional é um sinal também o número de emendas que a ele se fizeram e a ele estão propostas. O Congresso Nacional já promulgou 131 emendas. Foram apresentados muitos milhares de projetos de emenda constitucional. Para termos uma referência, nossa Constituição mais duradoura, a de 1824, teve uma única emenda, o Ato Adicional.

Ao mesmo tempo a Constituição vem sofrendo — tendo como ápice a intentona de 8 de janeiro — o ataque sistemático a sua essência democrática. A pretexto de agendas morais — já Afonso Celso denunciara os falsos moralistas e seu efeito deletério —, cantou-se um canto de sereias às Forças Armadas e destruiu-se a credibilidade da política e dos políticos, formando um caldo de contínua chantagem sobre o Poder Executivo e o Poder Judiciário para submetê-los a pautas corporativas, gerando ingovernabilidade para justificar as Fake News dos assaltantes.

Os 35 anos da Constituição de 1988 devem ser motivo de reflexão e de ação. A Carta constitucional foi um passo imprescindível ao restabelecimento da democracia. Ao mesmo tempo é um desafio à governabilidade que se acentua com as transformações de nosso tempo. Ao transformá-la, precisamos evitar o risco de mais uma vez nos voltarmos para o passado: sem esquecer suas lições, devemos pensar no próximo século, nos próximos séculos, construindo instituições que sejam ao mesmo tempo estáveis e dinâmicas, que conciliem a inserção do Brasil no mundo com a realização plena do Estado de bem-estar social.

O êxito da Política Monetária

JOSÉ CURSINO RAPOSO MOREIRA
Economista

Em janeiro de 2023, a Selic se encontrava em 13,25% ao ano, taxa em vigor desde o mês de agosto de 2022 e resultante de um acelerado ciclo de altas iniciado em março de 2021, no Governo Bolsonaro. Lembre-se que até então fora 2% a.a., nível alcançado no mesmo Governo Bolsonaro, a partir da taxa de 6,50% a.a., herdada, em janeiro de 2019, pelo Capitão, do Governo Temer. Atualmente, a taxa é 12,25% a.a., após sofrer, em agosto e setembro de 2023, dois cortes de 0,50 ponto percentual, esperando-se que ao final do corrente ano ela se situe em 11,25% a.a., pois ainda sofreria em outubro e dezembro do corrente dois cortes de também 0,50 p.p.

Ainda na campanha eleitoral de 2022, durante a transição para assumir o mandato e principalmente após assumir o governo, o Presidente Lula dirigiu pesados ataques a esse nível de juros vigentes e ao Presidente do Banco Central do Brasil (B.C.). Nestes ataques, desferiu mísseis contra o nível de juros do país e especulou que o Presidente Campos Neto do BC deveria estar a serviço de alguém para manter a Selic nesse nível tão elevado ou que ele não entenderia nada de Brasil e de povo. Também esbravejou contra o Senado, ao qual insinuou a sugestão de afastar o Presidente do BC de seu cargo, já que fora essa casa congressual que aprovara seu nome para o cargo.

Desde fevereiro de 2021, está em vigor a Lei Complementar 179, que estabelece a autonomia do Banco Central e a adoção de mandatos de quatro anos para o presidente

e os diretores da autarquia especial, forma jurídica do banco após obter sua autonomia. Esses mandatos ocorrerão em ciclos não coincidentes com a gestão do Presidente da República, de forma que este tenha que conviver com dirigentes indicados por um governo anterior. A principal característica da autonomia do BC consiste na ausência de vinculação a ministério, de tutela ou subordinação hierárquica. Até então, o BC era vinculado ao Ministério da Economia. Contudo, o principal objetivo do Banco Central autônomo continua sendo assegurar a estabilidade de preços na economia e para tal manobra a taxa Selic de acordo com as metas de inflação que o Conselho Monetário Nacional lhe prescreve. Tal arranjo técnico-político-institucional, portanto, só pode vingar em um ambiente de respeito a sua configuração e de cooperação e observância das competências das instituições e pessoas que o formam.

E foi o que se observou na prática. Não obstante os protestos de Lula contra a Selic, houve a compreensão, por parte da equipe econômica do governo e de segmentos políticos da oposição e do Centrão, que, sem avanços no âmbito da política fiscal, no sentido de se obterem superávits primários compatíveis com uma administração segura da dívida pública, os juros não cairiam. Desse modo, o chamado Arcabouço Fiscal, substituto do Teto de Gastos, transformado em lei no Congresso, prometeu zerar o déficit primário em 2024 e torná-lo positivo em um ponto percentual do PIB até o final do mandato, em dezembro de 2026. Diante desta medida e de outros marcadores de com-

portamento dos preços no mercado a curto e médio prazos, muitos destes influenciados pela própria política monetária em vigor a partir de 2021, iniciou-se em agosto deste ano um ciclo de reduções da Selic. Desde então, ela já foi reduzida em 1 p.p., encontrando-se neste momento na marca de 12,25% a.a. Prevê-se que até dezembro haja ainda dois novos cortes de 0,5 p.p., cada um, que a levariam ao patamar de 11,25% no dia 31 daquele mês.

Ao lado da resistência a todas as investidas contra seu trabalho e até a sua pessoa, a coerência na gestão de Campos Neto também explica o êxito da política monetária no papel que lhe cabe na política econômica brasileira, atualmente. As provas disto se encontram em manifestações do COPOM, na reunião de 20.09.2023, quando reafirmou que continua avaliando como causas de expectativas acima da meta de inflação “as preocupações no âmbito fiscal (contas públicas)” e “a incerteza no mercado sobre a execução das medidas de receitas e despesas compatíveis com o arcabouço e o atingimento das metas fiscais (de zerar o rombo das contas do governo em 2024)”.

E reforçou ao Governo “a importância da firme persecução das metas do Arcabouço Fiscal”. Tais opiniões da autoridade monetária crescem de importância e compromisso com sua missão, quando se leva em conta que foram expedidas no dia em que Lula e Campos Neto se encontraram pessoalmente, pela primeira vez, desde a posse do Presidente da República. O Presidente do Banco Central não piscou.

O Ofício de Professor

ADRIANO PINHEIRO
Professor de História

Esse artigo se propõe a apresentar um pouco nossa profissão para os que não são da área e trocar experiência com os que são professores. O curso tem, em média, quatro anos de duração, e os estágios ficam, na maioria das vezes, para o final do curso, o que eu acho um equívoco, pois se fosse no início evitaria que o aluno abandonasse o curso no final, pois desde o início ele já estaria familiarizado com o seu ambiente de trabalho. Sobre a remuneração, segundo pesquisas recentes que fiz ao entrevistar outros profissionais, pude constatar que dezenas deles trabalham mais e ganham menos do que professores, isso não quer dizer que o professor esteja ganhado bem, mas é que a classe trabalhadora como um todo está bastante desvalorizada em nosso país. Essa comparação se refere aos professores da rede pública do estado do Maranhão, redes estadual e municipal dos grandes municípios.

Sobre o cotidiano do professor, o nosso objeto de estudo é o conteúdo, porém ele não tem mais a mesma relevância para o docente como tinha há décadas. Hoje o conhecimento, os livros estão em dispositivos virtuais que o aluno tem acesso com um clique. Hoje a didática, as relações com os alunos pesam muito mais. O professor tem que ser um bom comunicador, tem que ter empatia com o seu público e ser agradável.

Sobre a indisciplina, em determinadas situações, não adianta o professor bater na mesa e dizer que quem manda é ele. É preciso argumentos, estratégias, um bom jogo de cintura para cativar os alunos rebeldes. O professor deve lançar mão das novas mídias. É lógico que ele sempre deverá incentivar os alunos a ler, porém o youtube e o tik tok, entre outras ferramentas, têm uma abrangência maior entre os estudantes e pode disseminar o conteúdo de forma mais lúdica. Podemos também incluir dinâmicas e jogos educativos. Acrescento nessa lista os recursos que se somaram à educação na pandemia como google meet, google forms, os grupos de Whatsapp, entre outros.

O bom educador tem o dever de ajudar a revelar as potencialidades dos alunos. Todos nós temos um dom. Já participei de um show de talentos de estudantes promovido por uma escola em que trabalhei. A apresentação foi em um teatro, foi a coisa mais linda que já vi! Isso tem sempre que ser incentivado.

Nas relações com os estudantes, é importante que o professor resolva o máximo possível os seus problemas com os alunos em sala de aula. Não é legal um professor toda hora levar problemas para a coordenação e direção. Capacidade de solucionar problemas é sinônimo de eficiência e maturidade. O professor não deve discutir com os alunos, às vezes ele tem que dar uma resposta que o aluno não gosta, porém ele não pode ficar em uma discussão sem fim, isso porque ele tem um conteúdo para encerrar e outros alunos para dar atenção. Às vezes temos que fazer de conta que não ouvimos determinadas coisas. Temos que cumprir as regras da escola e os nossos combinados com os estudantes, como por exemplo os prazos de entregas de nossas atividades. É muito perigoso abrir exceções fora do que está previsto no regulamento. A disciplina é a base do processo educacional.

O gostoso da nossa profissão é que ficamos populares e quando encontramos nossos ex-alunos no mercado de trabalho é uma alegria, pois temos a certeza do dever cumprido. Eles querem sempre nos retribuir de alguma forma. A docência é bonita, é uma arte e não vai acabar, vai apenas se transformar. Viva aos professores!

O IMPARCIAL

EMPRESA PACOTILHA SA

Av. dos Holandeses, Edifício TECH OFFICE, N° 6, Sala 916
Ponta D'Areia, São Luís - MA - CEP: 65075-357

Pedro Freire
Diretor-Presidente
pedrofreire@oimparcial.com.br

Raimundo Borges
Diretor de Redação
borges@oimparcial.com.br

Patrícia Freire
Gerente financeira
patriciafreire@oimparcial.com.br

Celio Sergio
Superintendente de Produção
celiosergio@oimparcial.com.br

FALE CONOSCO - GRUPO O IMPARCIAL

ELEIÇÕES 2024

Marco Aurélio concorrerá a prefeitura de Imperatriz

O ex-deputado estadual foi confirmado como pré-candidato a prefeito de Imperatriz pelo PSB em evento que contou com a presença do governador Carlos Brandão

Na presença de lideranças políticas de destaque, o professor e empresário Marco Aurélio (foto) foi oficialmente confirmado na última quarta-feira (11) como pré-candidato a prefeito pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) para as eleições municipais de 2024 em Imperatriz, segundo maior colégio eleitoral do estado do Maranhão.

O anúncio ocorreu durante um encontro que contou com a participação do Governador do Maranhão, Carlos Brandão, do presidente do PSB local, Clayton Noletto, demais dirigentes do partido, vereadores e uma militância partidária entusiasmada.

Durante seu discurso, Marco Aurélio destacou a importância desse momento como um recomeço da caminhada ao lado de seus apoiadores e ressaltou o caráter popular de sua candidatura. Ele enfatizou que sua candidatura será “a candidatura do povo”, lembrando suas origens, quando a política era guiada por sonhos e

esperanças, e não por realizações concretas. No entanto, ele destacou que agora, além dos ideais, também pode contar com um histórico de trabalho em prol da cidade. Marco Aurélio afirmou: “Não vamos desistir de Imperatriz.”

O presidente municipal do PSB de Imperatriz, Clayton Noletto, que também é primeiro suplente de deputado federal, expressou seu apoio a Marco Aurélio, alegando que o pré-candidato representa os anseios da população. Ele enfatizou a visão de grupo na política e a confiança de que o projeto liderado por Marco Aurélio será vitorioso.

Como pré-candidato a prefeito de Imperatriz, Marco Aurélio já conta com um sólido apoio político. Alguns vereadores, suplentes e pré-candidatos ao poder legislativo municipal já declararam que caminharão juntos com o ex-deputado estadual, que conta o apoio da base do partido.

Na oportunidade Marco Aurélio se comprometeu a trabalhar para ampli-

ar ainda mais essa unidade em torno de sua pré-candidatura, buscando representar os interesses e aspirações da população de Imperatriz.



BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Dino é alvo de fogo amigo

Desde quando foi nomeado para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o senador Flávio Dino já começou no centro dos problemas mais explosivos e de maior repercussão política e social no Brasil: a tentativa de golpe no dia 6 de janeiro, a tragédia humanitária dos povos indígenas Yanomâmi nos confins da Amazônia, entre Roraima e Venezuela e a guerra entre facções criminosas na Bahia, com confrontos sangrentos envolvendo a Polícia Militar, por coincidência, o segmentos mais bolsonarista do funcionalismo público. Agora, o ministério de Dino vai separar a atuação da Força Nacional em ações conjuntas com a PM em favelas do Rio contra o crime organizado. Adotará a tática de cada qual no seu quadrado.

A partir do 8 de janeiro, Flávio Dino enfrentou o bolsonarismo no Congresso, centrado no meio empresarial, no agronegócio e nos quartéis. Lidando com tanta fúria desses setores influentes, ele não custou a ganhar notoriedade e popularidade nas redes sociais e até nas mídias conservadoras. Porém, são fatores chamativos para atrair invejosos de dentro do governo, opositores contumazes e criminosos das mais diferentes matizes, inclusive devastadores ambientais, garimpeiros, contrabandistas de ouro e outros minerais nobres, alvos de inúmeras e operações da Polícia Federal na Amazônia e em áreas urbanas.

Dino virou um super ministro, apoiado, ouvido e admirado por Lula. Tornou-se tão popular nas pesquisas quanto o titular da Economia, Fernando Haddad (PT), ganhando favoritismo para o Supremo Tribunal Federal. Corajoso e inteligente, Dino ele tem imensa visibilidade nas mídias e até na oposição. Uma espécie de “um soco só para um só soco coçar”, como se ensinava antigamente no interior, ao treinar o desembaraçar do linguajar. Ao enfrentar a explosiva violência na Bahia, Dino trombou com o chefe da Casa Civil, Rui Costa, patrono do atual governador, o também petista Jerônimo Rodrigues. Em 2018, revoltado com uma operação de busca contra o senador Jacques Vagner (PT), Rui acusou a PF de usar “método nazista” no estado que ele governava.

Também o ministro da Educação, Camilo Santana (PT-CE), teria se sentido ofuscado com o lançamento de uma campanha do ministério de Dino para enfrentar a violência nas escolas. Dino já foi militante do PT nos movimentos estudantis, mas ingressou na política em 2006, pelo Pcdob. O PT maranhense o vetou. Ele elegeu-se deputado federal e, em 2014, governador do Maranhão, deixando segmentos petistas resmungando falta de espaço. Era o PT sarneista que pegou apenas “farelos”, como ironizava o histórico Domingos Dutra. Hoje Dino é filiado ao PSB e criticado por aparecer demais, talvez tentando cavar espaço como eventual sucessor de Lula na Presidência – ou como favorito a uma vaga no STF.

No flanco bolsonarista, Flávio Dino é alvo de tiroteio implacável. Jair Bolsonaro fez até piada, sobre a coragem do ministro da Justiça entrar em áreas de favelas no Rio, mesmo sendo um “alvo volumoso”. Como conseguiu o feito inédito de expulsar garimpeiros devastadores dos rio da Amazônia, Dino abriu um campo de luta contra todos tipos de criminosos da região, como no bilionário mercado clandestino recursos naturais. Muitos são políticos de direita e empresários. Portanto, o senador maranhense, visto pela direita sempre como “comunista”, está sob intenso fogo cruzado também de petistas. Até agora, Dino tem contra si pedido de impeachment tramitando na Câmara, e mais 19 requerimentos de convocação, feitos pelo PL, para prestar esclarecimentos.

Boca fechada

O governador Carlos Brandão mantém segredo absoluto sobre sua eventual filiação ao MDB, agora, no Maranhão, sob o comando do irmão Marcus Brandão. Assim como também não diz uma palavra sobre as eleições municipais, muito menos a de São Luís.

Falta que faz

Imensa repercussão da matéria sobre a falta de candidatos do PT, MDB, PDT e PL na eleição de São Luís, publicada por O Imparcial (edição impressa e online), assim como no site raimundoborges.com.br, de autoria deste jornalista.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Ações de saúde, agropecuária e meio ambiente



IRACEMA VALE E CARLOS BRADÃO ESTAVAM ACOMPANHADOS DE COMITIVA FORMADA POR DEPUTADOS E OUTRAS AUTORIDADES

Governador Carlos Brandão, deputada Iracema Vale e comitiva acompanharam os trabalhos do ‘Mutirão Catarata Zero’ no Hospital Macrorregional de Barreirinhas

A presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB), acompanhou o governador Carlos Brandão (PSB), nesta quinta-feira (12), em mais uma série de entregas de serviços públicos em Barreirinhas. Mutirão de cirurgias de catarata, inauguração de escritório da Agerp e sanção de lei visando à proteção dos Lençóis Maranhenses foram algumas das ações que fizeram parte da agenda.

Após o ato de assinatura da sanção da lei, de autoria de Iracema Vale, que dispõe sobre a preservação e a proteção da Região dos Lençóis Maranhenses, a comitiva visitou o Hospital Macrorregional de Barreirinhas, onde

Brandão, Iracema e outros parlamentares acompanharam os trabalhos do ‘Mutirão Catarata Zero’.

A ação, que visa realizar 1.300 cirurgias de catarata no município, em três dias, é uma iniciativa da deputada Iracema, viabilizada por meio de emenda parlamentar de sua autoria. “Um dia marcante para Barreirinhas. E eu estou muito feliz de ter contribuído para a realização de iniciativas tão importantes, a exemplo do mutirão da catarata e da lei que vai dispor sobre a preservação da Região dos Lençóis. Tudo com o apoio do governador Carlos Brandão, que não tem medido esforços para atender aos nossos pleitos”, ressaltou Iracema Vale.

Agropecuária

Em seguida, o grupo participou da inauguração do escritório da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e

Extensão Rural do Maranhão (Agerp) de Barreirinhas. A meta do órgão é ampliar e aprimorar a assistência técnica aos agricultores familiares da região, visando à diversificação e ao aumento da produção no setor agropecuário.

O governador Carlos Brandão comentou a relevância das iniciativas para a população de Barreirinhas. “São políticas públicas tão importantes, implementadas para atender aos anseios da comunidade e que fazem tanta diferença na vida dos cidadãos, seja no apoio à saúde, no incremento ao desenvolvimento da agropecuária ou no incentivo ao turismo, que é a principal vocação econômica dessa região”, disse.

Participaram também dos atos em Barreirinhas os deputados estaduais Antônio Pereira, Ana do Gás, Dr. Yglésio e Mical Damasceno.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
E RECURSOS NATURAIS

Table with 5 columns: Pontos, Coordenadas, Localização, Referência, and Condição. It lists 22 points for beach accessibility in the Metropolitan Region of São Luís.

Resolução CONAMA nº 274/2006 de 29 de novembro de 2006
Art. 2º As águas doces, salobras e salinas destinadas à balneabilidade (recreação de contato primário) terão sua condição avaliada nas categorias própria e imprópria.

Atenção: A ocorrência de chuvas influencia negativamente na qualidade das águas das praias, considerando que ocorre maior carreamento de matéria orgânica oriunda da lavagem das vias públicas para os rios e, consequentemente, para os mares.

O monitoramento foi realizado no período de 11/09/2023 a 09/10/2023, integrando a série de acompanhamento semanal das condições de balneabilidade das praias da Ilha do Maranhão.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA
Av. dos Holandeses, nº 04, Quadra 06, Ed. Manhattan, Calhau.
São Luís - MA CEP 65.071-38

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE IMPLANTAÇÃO DE CONDOMÍNIO EDIFÍCIO AL MARE

No uso de suas prerrogativas legais e de direito, KIC AL MARE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES SPE LTDA, na qualidade de construtora e incorporadora do empreendimento EDIFÍCIO AL MARE, vem através deste Edital, CONVOCAR os senhores condôminos e proprietários das unidades que compõem o empreendimento, a comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE IMPLANTAÇÃO DE CONDOMÍNIO a ser realizada no dia 26 (vinte e seis) de outubro de 2023, quinta-feira, às 19:00 (dezenove) horas em primeira convocação com a presença mínima de metade mais um do número de condôminos, ou, às 19:15 (dezenove e quinze) horas, em segunda e última convocação, com qualquer número de condôminos, no:

Edifício Al Mare

Av. dos Holandeses, nº 09, Quadra 09, Bairro Calhau

SÃO LUÍS - MA

para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- 1) Explicação sobre o processo de entrega e transição entre construtora/condômino; 2) Instalação do Condomínio Moradia do empreendimento Edifício Al Mare; 3) Eleição para os cargos do Síndico, Subsíndico e membros do Conselho Fiscal; 4) Definição de data para vistoria das áreas comuns do condomínio; 5) Aprovação de taxa de implantação para compra do enxoval complementar; 6) Discussão e aprovação de previsão orçamentária e deliberação sobre o valor da taxa condominial ordinária; 7) Informações diversas sobre Manutenção e Assistência Técnica;

OBSERVAÇÕES:

Os condôminos que se fizerem representar por procuradores, deverão apresentar e entregar uma cópia da respectiva procuração, com firma reconhecida (Código Civil artigo 654, parágrafo 2º).

*A ausência dos senhores condôminos não os desobriga de aceitarem como tácita concordância aos assuntos que forem tratados e deliberados

Os assuntos nesta Assembleia se restringirão à ordem acima para não ferir o direito daqueles que da pauta não quiseram deliberar.

Levantamentos de apresentação de previsão orçamentária e prestadoras de Serviços, para votação dos demais condôminos, devem ser feitos por assembleia geral ordinária, devidamente convocada pelo Síndico com suporte da equipe Administrativa do condomínio, conforme determinação das leis: - Código Civil Brasileiro, lei 10.406/02 Seção II, Art. 1.347 e 1.348; Lei 4.591/64, Título 1 - Cap. I ao VII e Convenção de Condomínio, registrada conforme lei 10.591/64 em seu art. 32, letra "j".

São Luís, 29 de setembro de 2023.

Desenvolvido por: Mônica Raquel Heuser
KIC - AL MARE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES SPE LTDA.
CNPJ nº 14.239.079/0001-12

Desenvolvido por: Rafaela Machado Pinto
KIC - AL MARE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES SPE LTDA.
CNPJ nº 14.239.079/0001-12

EQUATORIAL ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73 - Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 9 DE OUTUBRO DE 2023. 1. DATA, LOCAL E HORA: Aos 9 dias do mês de outubro de 2023, às 8:00 horas, na sede da Equatorial Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, sala 31, Loteamento Quitandinha, Calhau, CEP 65070-900. 2. CONVOCAÇÃO: Convocação dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração em exercício, nos termos do artigo 16, parágrafo 4º, do estatuto social da Companhia. 3. PRESEÇA: Presentes por videoconferência, em conformidade com o artigo 16, parágrafo 6º do estatuto social da Companhia, os seguintes membros do Conselho: Carlos Augusto Leone Piani, Guilherme Mexias Aché, Eduardo Parente Menezes, Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, Luís Henrique de Moura Gonçalves, Tania Sztamfater Chocolat, Tiago de Almeida Noel e Karla Bertocco Trindade. 4. MESA: Presidente: Carlos Augusto Leone Piani; Secretária: Carolina Maria Matos Vieira. 5. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a: (i) aprovação, nos termos das alíneas (u) e (r) do artigo 17 do estatuto social da Companhia, (a) da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, em 3 (três) séries, da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 01.543.032/0001-04 ("Equatorial Goiás"), no valor total de, inicialmente, R\$2.200.000.000,00 (dois bilhões e duzentos milhões de reais), na data de emissão ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), observado que tal montante poderá ser aumentado em até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) mediante exercício total ou parcial do lote adicional da primeira série pela Equatorial Goiás, conforme decidido em comum acordo com os Coordenadores (conforme definido abaixo), nas mesmas condições das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) inicialmente ofertadas, nos termos e conforme os limites estabelecidos no artigo 50, parágrafo único, da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor ("Opção de Lote Adicional da Primeira Série" e "Resolução CVM 160"), a ser formalizada por meio da celebração do "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Adicional Fidejussória, em 3 (Três) Séries, Para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A." ("Escritura de Emissão"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos nos artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme em vigor, nos termos do artigo 26, inciso V, alínea (a), e artigo 27, inciso I, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais regulamentares aplicáveis ("Oferta"); e (b) da celebração, pela Equatorial Goiás, de todos os documentos necessários à implementação, formalização e efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão e o "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Adicional Fidejussória, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública, da 4ª (Quarta) Emissão da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.", a ser celebrado entre a Equatorial Goiás, a Companhia e as instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários a serem contratadas no âmbito da Emissão e da Oferta ("Contrato de Distribuição"), e eventuais aditamentos que se façam necessários; (ii) aprovação, nos termos da alínea (q) do artigo 17 do estatuto social da Companhia, da outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória, na forma de fiança, em favor dos titulares das Debêntures a serem emitidas no âmbito Emissão ("Fiança") até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo); (iii) autorização para que os diretores da Companhia e/ou os procuradores da Companhia (a) pratiquem todos os atos e firmem todos e quaisquer documentos necessários à outorga da Fiança e à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando à celebração da Escritura de Emissão, dos aditamentos à Escritura de Emissão para refletir o resultado do Procedimento de Bookbuilding (a ser definido na Escritura de Emissão) e do Contrato de Distribuição, bem como de quaisquer aditamentos, procurações, formulários, cartas, declarações e notificações, nos termos e para os fins deste item; e (b) pratiquem todos e quaisquer atos relacionados à publicação e ao registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes, incluindo providências perante a junta comercial competente ou quaisquer outras autarquias ou órgãos junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação e formalização das deliberações a serem tomadas na presente reunião do conselho de administração, especialmente para a realização da Emissão, com a respectiva outorga da Fiança; e (iv) ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados pelos diretores da Companhia e/ou pelos procuradores da Companhia para a outorga da Fiança e a realização da Oferta. 6. DELIBERAÇÕES: Após exame e discussão da matéria constante na ordem do dia, os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade de votos, sem ressalvas: (i) a aprovação: (a) da realização da Emissão e da Oferta, cujas condições e características serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição, com as seguintes principais características: inicialmente, 1.001.200.000 (um bilhão, um milhão e duzentas mil) Debêntures a serem emitidas no âmbito da Oferta, sendo (i) 1.000.000.000 (um bilhão) de Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série" ou "Debêntures Institucionais"), observado que tal montante poderá ser aumentado em até 1.000.000.000 (um bilhão) de Debêntures da Primeira Série, mediante exercício total ou parcial da Opção de Lote Adicional da Primeira Série; (ii) 480.000 (quatrocentas e oitenta mil) Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"); e (iii) 720.000 (setecentas e vinte mil) Debêntures da terceira série ("Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com as Debêntures da Segunda Série, "Debêntures Incentivadas"), observado que as Debêntures Institucionais terão valor nominal unitário de R\$1,00 (um real) ("Valor Nominal Unitário Debêntures Institucionais"), na data de emissão da respectiva série a ser prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão Debêntures Institucionais") e as Debêntures Incentivadas terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série", "Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série" ou "Valor Nominal Unitário Debêntures Incentivadas" e, em conjunto com o Valor Nominal Unitário Debêntures Institucionais, "Valor Nominal Unitário"), nas datas de emissão das respectivas séries a serem previstas na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"), vencendo-se (x) as Debêntures da Primeira Série em 6 (seis) anos, contados da Data de Emissão das Debêntures Institucionais ("Data de Vencimento Primeira Série"), (y) as Debêntures da Segunda Série em 8 (oito) anos, contados da Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série ("Data de Vencimento Segunda Série"), e (z) as Debêntures da Terceira Série em 12 (doze) anos, contados da Data de Emissão das Debêntures da Terceira Série ("Data de Vencimento Terceira Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento Primeira Série e a Data de Vencimento Segunda Série, "Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada da totalidade das Debêntures em razão da ocorrência de seu resgate antecipado, resgate da totalidade das debêntures decorrente de oferta de resgate antecipado e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures a serem previstas na Escritura de Emissão, sendo certo que (l) o Valor Nominal Unitário das Debêntures Institucionais ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Institucionais, conforme o caso, não será atualizado monetariamente, (ll) o Valor Nominal Unitário das Debêntures Incentivadas ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Incentivadas, conforme o caso, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampla, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis (conforme definido na Escritura de Emissão), desde a primeira Data de Integralização Segunda Série (conforme definido na Escritura de Emissão) ou a primeira Data de Integralização Terceira Série (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ("Valor Nominal Atualizado Segunda Série" ou ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série ("Valor Nominal Atualizado Terceira Série" e, em conjunto com o Valor Nominal Atualizado Segunda Série, "Valor Nominal Atualizado") automaticamente e calculado de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; (lll) sobre o Valor Nominal Unitário Debêntures Institucionais ou saldo do Valor Nominal Unitário Debêntures Institucionais, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Taxa DI"), acrescida de um spread (sobretaxa) correspondente a um determinado percentual, a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding Debêntures Institucionais (conforme definido na Escritura de Emissão), sendo tal percentual limitado ao intervalo entre 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) e 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização Primeira Série (conforme definido na Escritura de Emissão) ou a Data de Pagamento da Remuneração Primeira Série (conforme definido na Escritura de Emissão) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; (iv) sobre o Valor Nominal Atualizado Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a serem definidos de acordo com o Procedimento de Bookbuilding Debêntures Incentivadas, sendo tal percentual limitado ao maior entre (A) o percentual correspondente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2030, a ser verificada na data do Procedimento de Bookbuilding Debêntures Incentivadas, conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), acrescida exponencialmente de 0,59% (cinquenta e nove centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 5,89% (cinco inteiros e oitenta e nove centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração Segunda Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização Segunda Série (conforme definido na Escritura de Emissão) ou a Data de Pagamento da Remuneração Segunda Série (conforme definido na Escritura de Emissão) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; e (V) sobre o Valor Nominal Atualizado Terceira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a serem definidos de acordo com o Procedimento de Bookbuilding Debêntures Incentivadas, sendo tal percentual limitado ao maior entre (A) o percentual correspondente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de maio de 2033, a ser verificada após o fechamento de mercado na data do Procedimento de Bookbuilding Debêntures Incentivadas, conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), acrescida exponencialmente de 0,74% (setenta e quatro centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 6,09% (seis inteiros e nove centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração Terceira Série" e, em conjunto com a Remuneração Segunda Série, "Remuneração Debêntures Incentivadas" e, em conjunto com a Remuneração Primeira Série, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização Terceira Série (conforme definido na Escritura de Emissão) ou a Data de Pagamento da Remuneração Terceira Série (conforme definido na Escritura de Emissão) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão e (b) da celebração, pela Equatorial Goiás, de todos os documentos necessários à implementação, formalização e efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação, a Escritura de Emissão, o aditamento à Escritura de Emissão para refletir o resultado do Procedimento de Bookbuilding, o Contrato de Distribuição e seus respectivos aditamentos que se façam necessários; (ii) a aprovação da prestação, pela Companhia, da Fiança em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas (a) as obrigações relativas ao pontual e integral pagamento, pela Equatorial Goiás, do Valor Nominal Unitário Debêntures Institucionais, do Valor Nominal Unitário Atualizado Segunda Série, do Valor Nominal Unitário Atualizado Terceira Série, da Remuneração, dos Encargos Moratórios (a ser definido na Escritura de Emissão) e dos demais encargos, relativos às Debêntures, quando devidos, seja na data de pagamento ou em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme ser previsto na Escritura de Emissão; (b) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Equatorial Goiás nos termos das Debêntures, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Banco Liquidante (a ser definido na Escritura de Emissão), ao Escriturador (a ser definido na Escritura de Emissão), à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3, ao Agente Fiduciário (a ser definido na Escritura de Emissão) e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão; e (c) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os titulares das Debêntures venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão das garantias, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a excussão de tais garantias ("Obrigações Garantidas"), obrigando-se, na qualidade de fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Equatorial Goiás, em caráter irrevogável e irretroatável, pelas Obrigações Garantidas, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e facilidades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme em vigor, e artigos 130, inciso II, e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme em vigor, sendo certo que as obrigações assumidas pela Companhia na Fiança vigorarão até a quitação integral das Obrigações Garantidas; e (iii) autorizar os diretores da Companhia e os procuradores da Companhia a (a) praticarem todos os atos e firmarem todos e quaisquer documentos necessários à outorga da Fiança e à realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando à celebração da Escritura de Emissão, dos aditamentos à Escritura de Emissão para refletir o resultado do Procedimento de Bookbuilding e do Contrato de Distribuição, bem como de quaisquer aditamentos, procurações, formulários, cartas, declarações e notificações, nos termos e para os fins deste item; e (b) pratiquem todos e quaisquer atos relacionados à publicação e ao registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes, incluindo providências perante a junta comercial competente ou quaisquer outras autarquias ou órgãos junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação e formalização das deliberações acima, especialmente para a realização da Emissão, com a respectiva outorga da Fiança; e (iv) ratificar todos e quaisquer atos até então adotados pelos diretores da Companhia e/ou pelos procuradores da Companhia para a outorga da Fiança e a realização da Oferta. 7. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pelo Secretário da Mesa e pelo Presidente da Mesa, por si, na qualidade de Presidente da Mesa e membro do Conselho de Administração, e em representação dos demais membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 16, parágrafo 6º, do Estatuto Social da Companhia. Certifico o registro em 10/10/2023, sob o nº 20231140193. Carlos André de Moraes Pereira, Secretário-Geral, JUCEMA.

FIQUE A PAR DE TUDO, LEIA O IMPARCIAL.

O melhor e mais diversificado conteúdo de notícias do Estado



ASSINATURA: (98) 99144-5645
COMERCIAL: (98) 99116-1624
oimparcial.com.br

ASSINATURA: (98) 99144-5645
COMERCIAL: (98) 99116-1624
oimparcial.com.br

Advertisement for Imparcial newspaper with text: 'Nosso papel tá on, tá impresso, todo dia' and 'MILHÕES DE ACESSOS oimparcial.com.br'.

Um pioneiro reconhecido e impresso na história do Maranhão

O Jornal O Imparcial chega aos 95 anos empreendendo e inovando com um jornalismo sempre presente, atuante, moderno e de credibilidade quase secular.



3 ANOS

"Ei, me manda um PIX!"

PATRÍCIA CUNHA

Me manda um PIX. Faz um PIX. Qual tua chave PIX? Quer pagar com PIX? Aceita PIX? Nos últimos três anos essas frases tem sido das mais comuns quando se trata de transação financeira, desde pagamento, recebimento ou transferência. O PIX está prestes a completar três anos de lançamento. No início com resistência e desconfiança, hoje em dia é a forma de pagamento mais utilizada no país, de acordo com o Banco Central.

Seja para pessoa física ou jurídica, o uso dessa ferramenta parece não ter mais volta. A sigla PIX são as iniciais de Pagamento Instantâneo mais o x, que tem um significado matemático: representa qualquer número. Permite transferir dinheiro de uma conta para outra em poucos segundos, 24 horas por dia e sete dias por semana, incluindo feriados. É uma alternativa ao DOC, TED e aos boletos bancários.

Além de transferência de dinheiro entre pessoas e empresas, o PIX pode ser usado para pagar produtos e serviços em lojas e restaurantes. Também serve para quitar contas de água e luz,

além de recolher impostos.

Essa ferramenta facilitou a vida das pessoas? Com quem nós conversamos, facilitou sim. A empreendedora Haissa Monique Santos Costa, tem uma loja de doces e bolos há 6 anos afirma que houve um fluxo muito grande de pagamentos com essa forma de transação, pela vantagem de não ter taxa, o que ocorre com algumas operadoras de cartão de crédito ou débito, ou ainda as tarifas bancárias que são aplicadas nas transferências. "Quando a gente utiliza muito as transferências acaba gerando tarifa bancária, então o fato de não precisarmos pagar taxa acho que facilitou a vida de todo mundo. A maioria dos meus clientes efetua pagamento com PIX. Disponibilizo outras formas de pagamento, mas 99% é via PIX, creio mesmo que pela facilidade do pagamento online, instantâneo", disse a empreendedora.

Também a representante de uma marca de perfumes afirma ter a maioria dos seus recebimentos via PIX. "A minha venda é online, então, embora eu tenha outras formas de pagamento, como crédito, débito e transferência, as pessoas preferem o PIX. E eu ainda dou algum desconto quando o

pagamento é em PIX, dependendo do preço da mercadoria. Acho que facilitou para todo mundo", disse Rafaela Costa.



Mais formas de pagamento bancário

O economista João Carlos S. Marques, Mestre em desenvolvimento socioeconômico (UFMA) e Conselheiro Regional de Economia do Maranhão explicou que além de reduzir os custos transacionais, antes existentes nos TED e DOC, que limitavam transações para produtos muito baratos, o PIX veio num momento em que as contas bancárias sem anuidade estão em vigência e são a tendência, ou seja, ficaram mais acessíveis para todos.

fraudes fiscais e reduziu o número de intermediários entre as transações", afirmou o economista.

Além disso, ampliou a concorrência entre o sistema bancário exigindo menores taxas e melhores serviços, deu maior segurança às transações financeiras

O que mudou com essa forma de transação

Para o presidente da Fecomércio-MA, Maurício Aragão Feijó, a economia sofreu uma revolução com a adoção do PIX como sistema de pagamento, contribuindo para o aumento das transações digitais e inclusão financeira no Brasil e no Maranhão. "A principal melhoria que o PIX trouxe foi a inclusão e bancarização da população de menor renda, com destaque para os 71 milhões de brasileiros sem acesso a transações financeiras digitais e que agora utilizam o PIX".

O economista João Carlos Marques reforça que as transações ficaram rápidas e comércios e serviços ficaram mais acessíveis para quase todo tipo de público. "É interessante lembrar da dificuldade de se viajar para alguns municípios do interior do Maranhão, no qual se contava com poucas ou nenhuma agência bancária, então o sa-

que local de recursos era difícil. O uso do cartão de crédito implicava em custos para o vendedor, então a maioria dos comércios locais que possuem um público de baixa renda não podia repassar preços, o que fazia com que na maior parte dos lugares se recusasse o cartão de crédito. Isso obrigava quem viajava, seja para visitar um familiar ou a turismo a levar recursos em espécie para garantir o consumo, passeios e até mesmo hospedagens nos locais. Com o PIX e o acesso facilitado e difundido da internet, ficou muito mais fácil, praticamente em todo lugar se consegue fazer uma transação via PIX. Tudo ficou mais prático para todos", disse.



A principal melhoria que o PIX trouxe foi a inclusão e bancarização da população de menor renda

Preferência pelo PIX no comércio local

De acordo com as pesquisas de Intenção de Consumo das Famílias no Maranhão, realizadas pela Fecomércio-MA, a preferência pelo PIX é bem equilibrada entre homens e mulheres. Há uma adesão maior pelo público mais jovem e que tem maior integração tecnológica. "De fato, desde sua adoção, o PIX tem sido uma modalidade de pagamento fácil e descomplicada, facilitando tanto para os consumidores quanto para os vendedores no ato da compra. Além disso, as últimas pesquisas realizadas em datas comemorativas pela Federação do Comércio, demonstram que o PIX tem se consolidado como uma forma de pagamento relevante devido à segurança nas operações financeiras, além de evitar que os consumidores tenham que andar com dinheiro físico para fazer as suas compras", destacou Maurício Feijó. Conforme a pesquisa de consumo para o último Dia dos Pais, realizada pela Fecomércio-MA, 46,7% dos consumidores apontaram que pagariam suas compras por meio do PIX. No mesmo período do ano passado, apenas 21,1% declararam que fariam uso deste meio de pagamento. "A forte popularização do PIX induziu as lojas e demais estabelecimentos a disponibilizarem esse meio de pagamento, favorecido também pela melhora tecnológica das máquinas de cartão, que passaram a dispor da opção de pagamento via PIX", disse Feijó.

Lançado em pleno período da pandemia, o PIX, após quase três anos, mostra o reflexo dessa forma de transação na economia do estado. Segundo Maurício Feijó, a facilidade do sistema de pagamento estimula o consumo e o comércio on-line, reduz a circulação de dinheiro físico e traz inclusão financeira, ampliando o acesso aos serviços financeiros, especialmente para pessoas que não têm contas bancárias ou acesso a meios de pagamento tradicionais. "O PIX tem se consolidado como uma forma de pagamento relevante por se tratar de um meio de pagamento rápido e pouco oneroso para os vendedores, que citam o custo das máquinas de cartão como algo que desestimula os compradores. É possível que cada vez mais esta preferência aumente e possa substituir outros meios de pagamento à vista, como o pagamento em dinheiro", ressaltou Feijó. Os próximos passos do PIX, pensados pelo Banco Central, incluem usá-lo para qualquer situação de pagamento ou transferência; implementar o PIX automático para pagamentos que dependem de autorização prévia do usuário, previsto para entrar em operação em abril de 2024; e desenvolver o PIX internacional, que pretende criar uma plataforma que integra o sistema instantâneo de vários países, permitindo operações de câmbio, liquidação ou interações bilaterais.

A facilidade que atrai o golpe

Como nem tudo são flores, pessoas maliciosas tem se aproveitado da ferramenta para aplicar golpes. E são os mais variados. Desde a falsa transferência (programar PIX, até então não disponível), até um dos golpes do PIX mais conhecidos, o Robô do PIX, que promete fazer comentários automáticos em sorteios nas redes sociais, aumentando as chances do usuário ganhar. Para ter acesso à ferramenta, é necessário pagar valores via PIX. Para evitar golpes como esse, é necessário desconfiar de promessas de alta rentabilidade, conferir informações em sites de confiança e não cadastrar dados pessoais em sites suspeitos. E, claro, não realizar transferências via PIX caso desconfiar de golpe. Após a confirmação do pagamento, será mais difícil reaver o dinheiro, pois os golpistas conseguem retirar os valores da conta quase imediatamente.



"Graças a isso o PIX possibilitou que muitas pessoas tivessem mais formas de pagamento, com baixos ou nenhum custo e ajudou a economia a girar mais rápido em várias esferas que ficavam muito afastadas do sistema bancário devido aos custos e dificuldades transacionais", disse.

Alguma das vantagens elencadas por ele foi que o PIX também trouxe maior acessibilidade digital, reduzindo a dependência do dinheiro físico. "Além disso, ampliou a concorrência entre o sistema bancário exigindo menores taxas e melhores serviços, deu maior segurança às transações financeiras e ao acompanhamento de

bradesco LEILÃO SOMENTE ONLINE 40 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 23/10/2023 a partir das 15h00

LOCALIDADES: AM AP BA CE GO MA MG MT PA PE PR RJ RN RS SE SP

À VISTA COM 10% DE DESCONTO PARCELAMENTO EM 12 MENSIS IGUAIS OU EM ATÉ 48 PARCELAS*

<p>LOTE 11 - SÃO LUÍS/MA - CASA Loteamento Expansão Renascença Rua dos Castanheiras (Lt. 15 da qd. 31) BAIRRO DE SÃO FRANCISCO Área Terreno: 360,00m² Área Construída estimada: 210,00m² LANÇE MÍNIMO: R\$ 286.000,00</p>	<p>LOTE 12 - SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA - CASA Loteamento Altos do Turú I - Rua 24 (Lt. 07-E [área desmembrada 5] da qd. 27) FREGUESIA DE SÃO BATISTA DOS VINHAI Área Terr: 225,00m² (lançado no IPTU 219,88m²) Área Constr: 96,88m² (lançada no IPTU 93,78m²) LANÇE MÍNIMO: R\$ 135.000,00</p>
<p>LOTE 13 - SÃO LUÍS/MA - APARTAMENTO nº 204 C/ 02 VAGAS DE GARAGEM nºs 25 E 26 Loteamento Jardim Renascença Rua dos Sabiás, 101 (in loco nº 10) Ed. Demoiselle: Ap. (2º pav. tipo A), vagas (pav. pilotis) BAIRRO DE SÃO FRANCISCO Área Privativa: 132,38m² LANÇE MÍNIMO: R\$ 181.000,00</p>	<p>LOTE 14 - SANTA INÊS/MA - CASA Rua Lateral Oeste, 127 (antigo nº 27) JARDIM NOVA ERA Área Terreno: 200,00m² Área Construída: 82,20m² LANÇE MÍNIMO: R\$ 65.000,00</p>

Lances "on-line", *condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro. Mais informações: <https://VITRINEBRADESCO.com.br/> (11) 3117.1001 | sac@freitasleiloeiro.com.br
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316 www.freitasleiloeiro.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBINHA
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO nº 016/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2111722.064/2023. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBINHA/MA, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor PREÇO POR ITEM, objetivando a futura contratação de instituição financeira pública ou privada, para a prestação de serviços de gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Satubinha/MA, no período de 12 (doze) meses. BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 006/2021, de 12 de janeiro de 2021, Leis complementares nº 123/2006, alterada pela Lei nº 147/14, Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações e subsidiariamente no que couber as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e as condições do Edital. REALIZAÇÃO: 31/10/2023 às 10:00 (dez horas). SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO: será realizada eletronicamente no site <https://www.portaldecompras.satubinha.com.br> no dia e horário marcados. DISPONIBILIDADE DO EDITAL: No endereço eletrônico: <https://www.portaldecompras.satubinha.com.br>, site da Prefeitura Municipal de Satubinha em sua Home, no portal da Transparência do Município endereço eletrônico: <http://satubinha.ma.gov.br/transparencialicitacoes>, no sistema SINCCONTRADA, podendo ainda ser solicitado através do E-mail: prnsatubinhacpl@gmail.com e também poderá ser consultado e obtidos na sala da Comissão Permanente de Licitação-CPL, localizada no Prédio da Prefeitura à Av. Matos Carvalho, nº 310 - Centro - Satubinha - MA, de 2ª a 6ª, das 08:00 às 12:00 horas. Satubinha (MA), 10 de outubro de 2023. **Elenice dos Anjos Pacheco Pereira** - Pregoeira.

SOUZA CRUZ LTDA
CNPJ Nº 33.009.911/0071-41

Souza Cruz Ltda, CNPJ: 33.009.911/0071-41 toma publico que requereu a Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMMAM a Licença Corretiva de Operação requerida para atividade de Comércio Atacadista localizada na Avenida Lourenço Vieira da Silva S/N – Galpão 02. Bairro Cidade Operaria. CEP: 65.058-213, São Luís - MA

Festival Música na Estrada chega em São Luís com apresentações da Cisne Negro Cia. de Dança e do Quinteto Villa-Lobos

O Festival Música na Estrada, realizando a sua nona edição em 2023, traz para a cidade de São Luís uma vasta programação artístico-cultural, totalmente gratuita, com ações educativas, vivências artísticas, espetáculos musicais e dança, e muito mais.

Apresentado pelo Instituto Cultural Vale, o Festival Música na Estrada, esta 9ª edição é uma realização da Lei Federal de Incentivo à Cultura, por meio do Ministério da Cultura, do Governo Federal e da Kommitment Produções Artísticas. Toda a programação será com entrada franca e censura livre.

Em todas as edições anteriores do Festival Música na Estrada, são realizadas ações para a promoção da acessibilidade, formação de plateia e aprimoramento educacional nas áreas de música, dança e teatro com o intercâmbio e a valorização de conteúdos artísticos de várias regiões do país. É considerado um dos projetos mais relevantes no Norte e Centro-oeste do país e já está incorporado ao calendário de muitas cidades.

A programação artística ficará por conta de duas apresentações da Cisne Negro Cia. de Dança, no dia 18 de outubro, tendo no programa "Ziggy - Tributo a David Bowie! (2016)" e "Trama (2001)".

Fundada em 1977 a Cisne Negro Cia. de Dança é considerada uma das melhores companhias con-

temporâneas do país e tem como filosofia a originalidade, a tradição e a preocupação de formar novas plateias, buscando públicos capazes de apreciar a inovação e a beleza.

A Cisne Negro Cia. de Dança já se apresentou nas principais cidades do Brasil e também em diversos países como Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Espanha, Uruguai, Argentina, Alemanha, África do Sul, Chile, Cuba e Moçambique, mostrando seu trabalho dentro da dança brasileira construído com profissionalismo e paixão.

Sobre os espetáculos:

"Ziggy- Tributo a David Bowie! (2016)": este trabalho de Mário Nascimento, que é baseado na discografia de um dos maiores ícones da música mundial, David Bowie, dispensa maiores apresentações. Um artista extremamente eclético, inovador, inquieto, muito à frente de seu tempo, que influenciou toda uma geração. A obra é um mergulho interpretativo à genealogia de Bowie, que o levou a ser único na sua trajetória pela diversidade de suas aptidões artísticas seja como músico, ator, cantor, compositor, instrumentista, produtor, enfim, um ser humano e um artista multidisciplinar e completo na sua criação e atuação.

"Trama (2001)": é uma obra do brasileiro Rui Moreira, abordando o Brasil mestiço, seu mistério e magia, destacando retratos parciais dos brincantes, festas populares e personagens místicos por meio da dança. O espetáculo revela a complexa trama do país, mostrando simplicidade, transcendência e alegria.

E, encerrando a temporada em São Luís, no dia 19 de outubro, o Quinteto Villa-Lobos celebra os seus 60 anos de história, apresentando obras importantíssimas de Ronaldo Miranda, Edino Krieger, Villa-Lobos, Hermeto Pascoal e Radamés Gnattali.

Um alto grau de musicalidade marca a trajetória do Quinteto Villa-Lobos, que comemora seus sessenta anos de atividades ininterruptas. Fundado em 1962, desde então se esmera na divulgação da música de câmara brasileira, ao mesmo tempo em que amplia seu repertório por vários gêneros, conferindo competência e popularidade às suas apresentações em espaços públicos e em escolas da rede de ensino.

Para conferir a programação completa e outras informações sobre o Música na Estrada acesse o site e redes sociais:

Site: musicanaestrada.art.br

Instagram: @musicanaestrada

Facebook: facebook.com/projetomusicanaestrada

Ministério da Cultura e Instituto Cultural Vale apresentam

São Luís (MA)

17 a 19 de outubro

9ª EDIÇÃO

MÚSICA NA ESTRADA

MÚSICA E OUTRAS ARTES

CONECTANDO PESSOAS

2023



Cisne Negro Cia de Dança (SP)

18 de outubro • 20h

Ziggy - Tributo a David Bowie! (2016)

COREOGRAFIA

Mário Nascimento

MÚSICA

David Bowie

Compilação Mário Nascimento

Trama - 2001

COREOGRAFIA

Rui Moreira

MÚSICA

Lenine, Marco Suzano, Mestre Ambrósio e temas da coletânea "Música do BrasilFigurinos"

Programação Artística

TEATRO ARTHUR AZEVEDO



Quinteto Villa-Lobos (RJ)

Celebração de 60 anos

19 de outubro • 20h

Rubem Schuenck Flauta	Aloysio Fagerlande Fagote	Philip Doyle Trompa
Cristiano Alves Clarinetista	Rodrigo Herculano Oboé	

PROGRAMA

Obras de Ronaldo Miranda, Villa-Lobos, Hermeto Pascoal e Radamés Gnattali

Escola de Música do Estado do Maranhão

Oficinas de Música

Lilah Lisboa de Araújo

17, 18 e 19 de outubro

AULAS • 9H ÀS 12H

Rubem Schuenck • Flauta
Cristiano Alves • Clarineta
Philip Doyle • Trompa

PRÁTICA DE ORQUESTRA PARA CORDAS • 15H ÀS 18H

Miguel Campos Neto • Regente

Ações Educativas

FAÇA SUA INSCRIÇÃO GRATUITA NO SITE



Teatro Arthur Azevedo

Workshop de Dança

17 de outubro • 17h às 20h

PROFESSOR

Cesar Cirqueira
Bailarino da Cisne Negro Cia de Dança

Entrada franca musicanaestrada.art.br [/projetomusicanaestrada](https://facebook.com/projetomusicanaestrada) [/musicanaestrada](https://instagram.com/musicanaestrada)







Lei de Incentivo à Cultura
Lei Rouanet



PATROCÍNIO



APOIO INSTITUCIONAL



GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



REALIZAÇÃO



GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

SÉRIE B

Sampaio X Ceará com sabor de decisão

NERES PINTO

Em contagem regressiva para definir sua situação na Série B do Campeonato Brasileiro, o Sampaio Corrêa tem neste sábado (14), às 18h30, em Fortaleza, mais um jogo com sabor de decisão. Na luta para se afastar ainda mais da zona de rebaixamento, o Tricolor enfrentará o Ceará, no Castelão, e precisa vencer o adversário, que está em crise, há quatro jogos sem uma vitória.

Apesar da visível intranquilidade do Vozão (42 pontos), o Tricolor (35), sabe que não será fácil derrotá-lo em seus próprios domínios, ainda mais agora, quando está pressionado pela sua torcida e as chances de voltar à divisão de elite quase já se esgotaram, matematicamente. O torcedor boliviano também fica de olho nos resultados dos jogos entre Novorizontino x Tombense (27) e Ituano (34) x CRB, que jogam no mesmo horário. No domingo, a Ponte Preta (34) recebe o Avaí (34), enquanto o Londrina (25) joga em casa com o Avaí (34).

O Sampaio empatou seu último jogo com o Novorizontino, por 1 a 1, em

São Luís, enquanto o Ceará foi derrotado pelo CRB por 2 a 0, em Maceió. Por conta das más apresentações, o técnico Wagner Mancini e a diretoria do Alvinegro foram alvos de muitas críticas durante toda a semana. Os jogadores, no entanto, se reuniram e afirmaram que o treinador tem todo o apoio do grupo.

Desfalques

Para esta partida, o Tricolor estará desfalcado de quatro titulares. Pará (lateral-esquerdo), Mikael (volante), Neto Paraíba (meia) e Pimentinha (atacante) estão fora de cogitação. O defensor recebeu o terceiro cartão amarelo no jogo anterior, e os demais seguem fazendo tratamento de lesões. Os substitutos deverão ser Alisson, Claudinei, Ferreira e Riquelmo. "Acredito que nos preparamos bem e treinamos tudo aquilo que precisávamos ajustar. Agora é entrar em campo com aplicação, equilíbrio em todos os setores, para fazer uma boa apresentação", afirmou o técnico Fernando Marchiori.

Arbitragem

A CBF escalou Rafael Martins Diniz (DF), tendo como assistentes Daniel

Henrique da Silva Andrade (DF) e Carla Renata Cavalcanti de Santana (PE). O árbitro de vídeo será Gilberto Rodrigues Castro (PE).



TIROLIVRE
Neres Pinto
nerespinto@oimparcial.com.br



Acreditar (2)

"Acredite em si e chegará um dia em que os outros não terão outra escolha senão acreditar com você". É com esta disposição manifestada no pensamento da escritora Cynthia Kersey que o Sampaio Corrêa entra em campo neste sábado, em Fortaleza, para enfrentar o Ceará. Não há outra alternativa plausível que não seja a conquista dos três pontos.

Até um empate não poderá ser considerado bom resultado. Se os perseguidores Ituano, Ponte Preta e Avaí, que estão distanciados apenas um ponto dos tricolores, vencerem nesta rodada, o time maranhense perderá duas posições, isto é, ficará no 16º lugar e à beira do abismo, acima apenas da Chapecoense, primeiro time da lista da degola no momento.

Não é fácil ganhar do Ceará em seu próprio campo, mas está provado, também, que não é impossível. O Vozão há algum tempo deixou de ser aquele time competitivo de temporadas anteriores e os números não mentem jamais. Está na 11ª colocação, praticamente fora de qualquer chance para voltar à divisão de elite nacional.

Se o Sampaio souber aproveitar esta situação e acreditar num resultado positivo, chega lá. Mas antes de tudo é preciso que não entre em campo com medo do adversário. O problema crônico desse time hoje comandado por Marchiori é que sem a presença de Pimentinha em campo o ataque simplesmente não existe. Não tabela, não cruza e nem chuta a gol. Se mudar de comportamento e fizer tudo isso nos próximos jogos, pode surpreender os adversários nesta reta final da Segundona. Caso contrário, ficará muito próximo da degola

Segundinha

A Segunda Divisão do futebol maranhense terá neste domingo, 17h, um novo campeão. Imperatriz e Tuntum, finalista da competição, jogarão no Estádio Alberto Seabra. Se o Cavalo de Aço está motivado por eliminar o Tupan (7 a 2 no agregado), o Leão dos Cocais vem de aplicar 3 a 0 no Timon.

Silêncio

Até o fechamento desta coluna, nenhuma informação do TJJ sobre o Mandado de Garantia impetrado pelo Cordinho contra a extinção da Copa FMF e exige para os desistentes uma suspensão por 2 anos. Há informações extraoficiais de que a liminar será negada. O advogado Eduardo Duailibe diz que recorrerá em último caso, ao STJD.

Defesa

A FME, por meio do Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos Márcio Biguá, já deu entrada da defesa da entidade, argumentando aquilo que havia dito a este jornal ao tomar conhecimento do Mandado de Garantia no Tribunal. "Não partiu da Federação Maranhense de Futebol qualquer iniciativa para inviabilizar a realização da competição, que já contava com duas reuniões de congresso técnico, sendo que esta, em verdade, partiu dos seis clubes desistentes", destacou, inicialmente.

Punições?

No que tange às possíveis punições a serem aplicadas aos desistentes, a defesa diz que a entidade agiu atendo-se a regra do "no bis in idem", que veda dupla incriminação e, "havendo previsões regulamentares no art. 4º, §3º do REC do Campeonato Maranhense Série A de 2023 e no art. 15, I do REC da Copa FMF 2023, optou por deixar de aplicar a pena de suspensão por dois anos aos clubes desistentes de participar da Copa FMF 2023 (art. 4º, §3º, REC Série A), até em virtude da inviabilidade total de futuras competições profissionais para o calendário vindouro e aplicar tão somente a pena de multa do art. 15, I, do REC da Copa FMF 2023, aos desistentes, reduzindo-a a ¼, ou seja para R\$ 5.000,00".

Inépcia

Finalizando, a defesa diz que "considerando totalmente infundados os elementos fáticos e jurídicos apresentados pelo Impetrante, é de se observar, também, o indeferimento da petição inicial por inépcia, ao mesmo tempo em que pede a punição do Cordinho de acordo com as penas previstas no art. 221 do CBJD, que prevê pena em se tratando de entidade de administração ou de prática desportiva, multa de R\$ 100 a R\$ 100 mil.

NA AREIA

Jogos do Praia do Futebol começam neste domingo



Tudo pronto para o início da segunda edição do Praia do Futebol, competição que promete agitar a cidade de São Luís a partir deste mês. As disputas desta iniciativa, que conta com os patrocínios do governo do Estado, do Grupo Audiolar e da Potiguar por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, vão começar neste domingo (15) com os duelos do torneio de travinha Sub-15, a partir das 9h15, na Praia do Calhau, em São Luís.

Dezesseis equipes estarão competindo pelo título do torneio de travinha Sub-15, que terá formato eliminatório. No domingo, haverá os confrontos das oitavas e quartas de final. Todos os duelos foram definidos durante o lançamento oficial do torneio, realizado na semana passada.

Desta maneira, os duelos de oitavas

de final ficaram assim: 15 de Novembro x América, Palmeirinha x Juventude, Lyon x Audaz, Os Feras x Geração Alpha, Comercial x Campinas, PAC x Ganbattê, Ferinhas da Vila x Flamengo e Grêmio Ribamarense x Projeto B9. Os vencedores destes jogos avançam às quartas de final, que também ocorrerão no domingo. Nesta edição, o Praia do Futebol contará com disputas de três modalidades: além do torneio de travinha Sub-15, haverá duelos de futebol 7 beach Sub-17 e futebol de areia Adulto Feminino.

Jogos – Sub-15

Domingo (15) / Praia do Calhau

Oitavas de Final (Campo 1)

- 9h15 – 15 de Novembro x América (J1)
- 10h20 – Palmeirinha x Juventude

(J2)

- 11h – Lyon x Audaz (J3)
- 11h35 – Os Feras x Geração Alpha (J4)

Oitavas de Final (Campo 2)

- 9h15 – Comercial x Campinas (J5)
- 10h20 – PAC x Ganbattê (J6)
- 11h – Ferinhas da Vila x Flamengo (J7)
- 11h35 – Grêmio Ribamarense x Projeto B9 (J8)

Quartas de final (Campo 1)

- 12h10 – Vencedor do J1 x Vencedor do J5
- 12h40 – Vencedor do J3 x Vencedor do J7

Quartas de final (Campo 2)

- 12h10 – Vencedor do J2 x Vencedor do J6
- 12h40 – Vencedor do J4 x Vencedor do J8



Caroline Regadas – Organizadora do evento, Rosilene Alves – Colaboradora APAE de São Luís, Emanuele Costa – Gestora dos Serviços de Saúde da APAE de São Luís, Thalyta, Sannília e Luciana – Alunos do CAEE Eney Santana, Dra. Maria da Conceição – Ass. Jurídica da APAE de São Luís, Christiane Diniz – Gestora da APAE de São Luís

Apae São Luís promove a 11ª edição do Projeto Fada: "A magia de ser diferente".

A APAE de São Luís celebrou o Dia das Crianças de uma maneira especial e antecipadamente, ao receber em sua sede a 11ª edição do Projeto FADA – "A magia de ser diferente". A ação social foi dedicada às crianças com deficiência atendidas no CAEE Eney Santana, Clínica-Escola Santa Edwiges e Centro Especializado em Reabilitação CER – III, todos mantidos pela APAE de São Luís. Das 9h às 12h da manhã do último sábado (07.10), a sede da APAE se transformou em um local cheio de diversão e solidariedade. A programação repleta de atividades incluiu oficinas de arte e dança, recreação infantil, atendimento médico, palestras sobre alimentação, distribuição de lanches e cestas básicas. Tudo foi planejado com muito carinho para proporcionar momentos de alegria e aprendizado para as crianças assistidas pela APAE. O Projeto FADA, agora em sua 11ª edição, é uma iniciativa inspiradora idealizada pela empresária Caroline Regadas, que se inspirou em sua filha com deficiência Maria Clara. Anualmente, o projeto reúne uma equipe de voluntários dedicados que se unem para promover essa ação social, atendendo às necessidades das famílias que enfrentam algum tipo de deficiência intelectual e/ou múltipla. Para a presidente da APAE de São Luís, Arionildes da Silva e Silva "é fundamental que a sociedade civil promova ações como essa em benefício da pessoa com deficiência. Diversão faz parte do processo de inclusão social, e é por isso que atitudes como a de Caroline Regadas devem ser celebradas e divulgadas, para incentivar outros a fazerem o mesmo", destacou. Fotos/Mateus Henrique



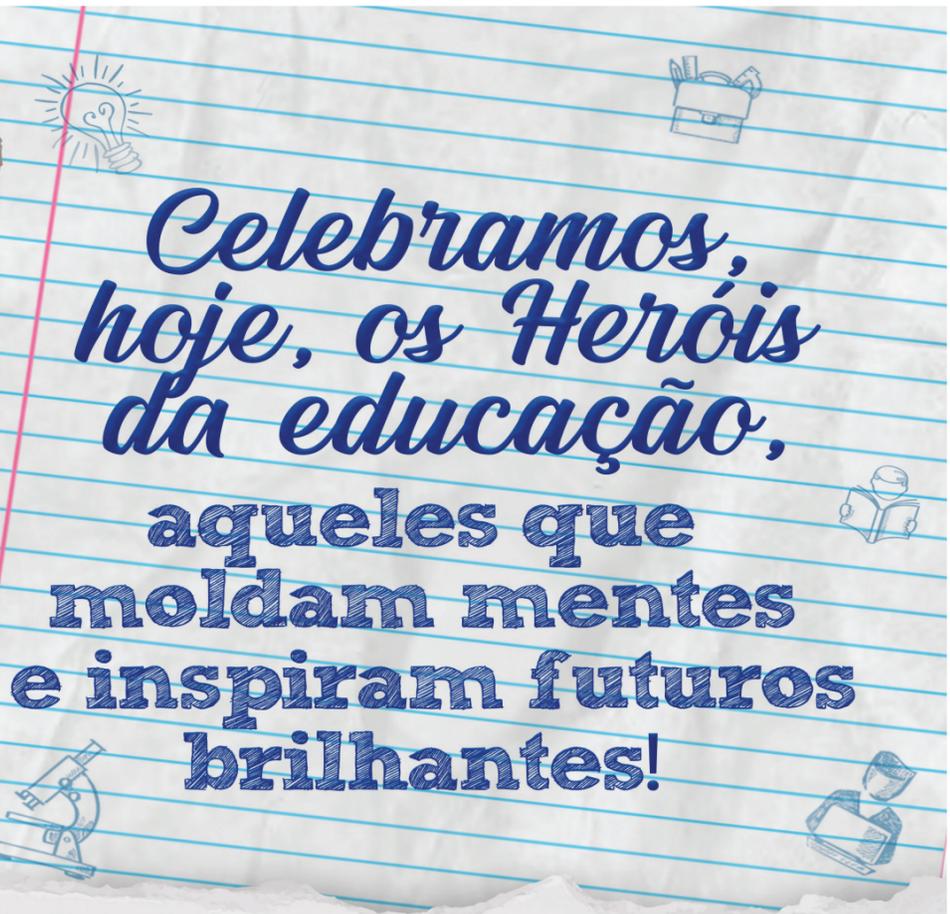
Dra. Maria da Conceição - Ass. Jurídica da APAE de São Luís, George Filgueiras - Aluno do CAEE Eney Santana e Marilene Filgueiras - Vice-presidente da APAE de São Luís



Dra. Maria da Conceição - Ass. Jurídica da APAE de São Luís e Dra. Ana Zeile - Médica da APAE de São Luís



Dra. Maria da Conceição - Ass. Jurídica da APAE de São Luís e Christiane Diniz - Gestora da APAE de São Luís com alunos do CAEE Eney Santana



**Celebramos,
hoje, os Heróis
da educação,
aqueles que
moldam mentes
e inspiram futuros
brilhantes!**

**FELIZ DIA DOS
PROFESSORES
15 de outubro**



SINPROESEMMA
Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes
Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão
GARANTIR DIREITOS E AVANÇAR NA UNIDADE E NA LUTA



**FIQUE A PAR DE TUDO,
LEIA O IMPARCIAL.**

PORTELLA LEILÕES
Judicial e Extrajudicial / Online e Presencial

Rodrigo Lopes Portella
Leiloeiros Públicos
Fabiola Porto Portella

LEILÃO ONLINE, através do site: WWW.PORTELLALEILÕES.COM.BR

IMÓVEL EM SÃO LUÍS / MA
Casarão térreo, estilo colonial c/ 294,44m²
Rua Coronel Manoel Ignácio, nº 323 (antiga Rua da Alegria)
Centro Histórico de São Luís

2ª data: 18/10/2023 - 3ª data: 26/10/2023
Horário do Leilão: às 14:00h
Edital na íntegra e fotos no site do leiloeiro

www.portellaleiloes.com.br (21) 2533-7248